Corpos (des) regrados: gênero e memórias de formação na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição

Bodies (un) rules: memories of daily life and religious training in the Congregation of Irmazinhas da Imaculada Conceiçao

Caroline Jaques Cubas
Doutoranda, PPGH-UFSC
CEAD-UDESC
caroljcubas@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é a discussão de diferentes aspectos da formação religiosa feminina na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, problematizando as questões de gênero. Através dos testemunhos de mulheres que passaram pelo processo de formação na Congregação objetivamos perceber os elementos mais significativos deste tortuoso processo. Os depoimentos aliados aos manuais de formação e documentos eclesiásticos publicados na segunda metade do século XX constroem um panorama bastante amplo, o qual permite vislumbrar a construção de sentidos e de vocações para o posterior trabalho institucionalmente ligado a Igreja Católica.
Palavras-chave: gênero, memória, religiosidade

Abstract: The aim of this paper is the discussion of different aspects of female religious training in the Congregation of Irmazinhas da Imaculada Conceiçao*, problematizing gender questions. For this present testimony from women who went through the training process in the Congregation. We aim to realize the most significant elements of this tortuous process. The interviews combined with the training manuals and ecclesiastical documents published in the second half of the twentieth century built a very broad overview, which provides a glimpse of the construction of meaning and vocations to the later work institutionally linked to the Catholic Church.*
Keywords: gender, memory, religiosity

Durante os primeiros anos do Brasil Colonial era formalmente proibido ser freira. Tal proibição justificava-se através de razões econômicas, políticas e populacionais. A fundação de casas religiosas exigiria grandes investimentos e a política da Metrópole em relação à economia de sua Colônia visava prioritariamente o lucro. Posteriormente, a preocupação em defender fronteiras através do povoamento das terras exigia um contingente de mulheres brancas que pudessem procriar, as quais eram escassas. Os conventos representariam assim o risco de tirar da sociedade suas principais possibilidades de reprodução biológica e social. As ressalvas em relação aos conventos começaram a atenuar-se somente a partir do século XVII, com a criação de Casas de Recolhimento. Estas, dirigidas por religiosas e organizadas de

forma similar aos conventos, distinguindo-se apenas pela não obrigatoriedade dos votos, começaram aos poucos a assumir diferentes funções sociais. Ter uma filha no claustro tornava-se um fator de prestigio social a partir do momento em que este era interditado para mestiças ou filhas de cristãos novos. Além disso, o envio de uma filha para um convento ou casa de recolhimento, ao mesmo tempo em que garantia a não fragmentação da riqueza familiar (através de dotes para casamentos), fortalecia os laços com a instituição religiosa, a qual atuava como importante instituição financeira de empréstimos. Segundo Maria José Rosado Nunes, (1997, p. 485) "os conventos estavam no centro da política demográfica portuguesa para a Colônia; eram proibidos ou incentivados segundo os interesses sociopolíticos e econômicos em jogo".

Apenas em fins do século XIX ocorre a instalação das primeiras congregações de vida apostólica, de engajamento social, no Brasil. Estas inserem-se em um projeto restaurador da Igreja, onde, com o fim do Padroado Régio e a proclamação da República, inicia-se um processo de "clericalização" do catolicismo brasileiro, o qual vinha sendo caracterizado, principalmente, pela existência de inúmeras irmandades comandadas por leigos. A necessidade de retirar destas irmandades seu peso político e religioso deu ensejo à incorporação das mulheres como objeto de ação da Igreja, uma vez que estas seriam suscetíveis às normas características da vida institucionalmente atrelada à religião. A incorporação de uma população feminina católica era parte fundamental do projeto reformador da Igreja Católica no Brasil. Conforme Nunes, (1997, p. 491) "a "clericalização" do catolicismo brasileiro foi, ao mesmo tempo e necessariamente, o processo de sua feminização".

Concomitantemente às clausuras, neste período começa a organizar-se uma outra forma de vida religiosa feminina, caracterizada, por sua vez, pelo trabalho apostólico. São as congregações de vida ativa. Vigente na Europa desde o início do século XIX, tal modelo é exportado para o Brasil como solução para a hostilidade que vinha sendo vivenciada pela Igreja em algumas partes da Europa como conseqüência da Revolução Francesa e a difusão de ideais laicos e liberais. A idéia de missão em terras estrangeiras impulsionou e justificou a vinda de congregações femininas para o Brasil, como as Filhas da Caridade, em 1849 e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858.

A vinda das congregações, no entanto, não foi de todo pacífica, gerando uma série de conflitos, afinal oneraria orçamentos destinados à manutenção de casas, conventos e

subsistência das próprias. Por outro lado, o trabalho das religiosas, em algumas regiões do Brasil, veio, a partir do início do século XX, preencher lacunas referentes à assistência social no que se refere à saúde e educação. Foi o caso das congregações nascidas em solo brasileiro, no período da imigração européia para o Brasil. É neste contexto que surgiu, em Santa Catarina a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

Vindos do Trentino (norte da Itália), região disputada na guerra austro-ítalo-prussiana em 1875, os Visintainer se estabeleceram nas terras onde hoje se localiza o bairro de Vígolo, na cidade de Nova Trento. Tinham por meio de subsistência, assim como a maioria dos imigrantes da época, a prática agrícola e a construção civil. Amábile Visintainer, ao lado da colega também imigrante Virgínia Nicolodi, costumava cuidar de tarefas relacionadas à Igreja, como catequese, limpeza da capela local e visita aos doentes da região. Cuidava também de seus irmãos e dos afazeres domésticos. Ao completar 25 anos, seus irmãos já crescidos e seu pai, envolvido em novo casamento - já que a mãe de Amábile havia falecido - possibilitaram que as atenções da jovem se voltassem novamente, depois de um longo hiato, às tarefas relacionadas à Igreja. As duas colegas cogitaram a possibilidade de trazer para Nova Trento uma congregação religiosa, à qual pudessem se integrar. Frente à impossibilidade, pela falta de recursos, argumentada pelo padre Rossi, jesuíta responsável pela região, decidiram então morar em um casebre, onde pudessem vivenciar os preceitos morais da religião, apesar de temerem a reprovação dos pais em tal empreitada.

Em 1890, com o apoio do Pe. Rossi, conseguiram um casebre de madeira com um comerciante italiano residente em Tijucas, onde fundaram o *Ospedaletto San Vigilio*, para cuidar de uma senhora idosa, enfraquecida pelo câncer, e outros doentes da região. O cuidado da senhora cancerosa acabou tornando-se o mito fundador do que viria a ser, posteriormente a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Tendo nos padres jesuítas, presentes na cidade desde 1879, o elemento pedagógico de direcionamento, as moças que aos poucos abandonavam suas casas para juntarem-se a Amábile (Madre Paulina) e Virgínia, aumentavam a cada ano sendo que, em 1899 (quatro anos após a aprovação institucional da Congregação) somavam mais de vinte religiosas divididas em duas casas, ainda na cidade de Nova Trento. Em 1903 a Congregação começa a se expandir, fundando casas em outras cidades, entre elas, na grande São Paulo onde atualmente localiza-se a casa geral da Congregação. Com o passar dos anos esta estendeu suas fronteiras para além da cidade onde foi instituída e atualmente encontra-se organizada em quatro províncias e uma regional,

possuindo casas por todo o Brasil, além de comunidades na Colômbia, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, Chile, Chad, Itália, Camarões e outros países da África.

Entre as narrativas institucionais acerca da fundação da Congregação das Irmàzinhas da Imaculada Conceição, A coloninha, de Fidelis Dalcin Barbosa, publicado em 1967 é, até hoje, leitura obrigatória para a formação religiosa nas casas ou colégios da congregação. Barbosa é padre e publicou no período imediatamente pós Concílio Vaticano II. O livro, portanto, conta a história de Madre Paulina pelo viés da simplicidade, obediência, bondade, ação e doação. Predicados de acordo com a imagem de religiosa desejada naquele período e com o que havia sido postulado como fundamental para a vida religiosa pelo Concílio. De acordo com o decreto sobre a atualização dos religiosos, *Perfectae Caritatis*, promulgado em outubro de 1965, o exemplo de uma vida santa é o meio mais eficaz de convite para o ingresso na vida religiosa. O texto de Barbosa, portanto, enaltece a trajetória de Madre Paulina de acordo com os pressupostos de santidade vingentes no contexto em que o texto foi construído. O enredo dá sentido ao texto e o legitima como hagiográfico no momento em que os próprios pressupostos de santidade passavam a ser questionados e repensados.

Essas novas características foram, de alguma forma, incorporadas e fazem-se presentes nas lembranças de irmã M. C. Questionada sobre os sentidos da vida religiosa, Ir. Maria afirma que o ideal maior é o da santidade, perseguida durante toda a vida. Não uma santidade canonizada, porém a fidelidade ao exemplo de Santa Paulina, tendo consciência de que trata-se de pessoas reais e concretas lidando com pessoas reais e concretas, as quais apresentam problemas e limitações. Claro está que, mesmo com a valorização de novos predicados e modelos em detrimento de outros – a partir do CVII - , o reconhecimento de características de santidade continuava, obviamente, dependente do aval da oficialidade Católica.

É a oficialidade católica também que defini(a) institucionalmente o lugar (não) ocupado pelas mulheres dentro da hierarquia da Igreja. Sendo que as religiosas fazem parte do campo religioso, elas também passam a ser portadoras de uma série de bens simbólicos referentes ao seu campo específico. No caso das irmãs pertencentes a CIIC, o reconhecimento da posse de tais bens depende da passagem das mesmas por um processo de formação. Esse processo é composto por fases distintas nas quais se aprende a ser religiosa. Incorporam-se hábitos e costumes. Adquire-se, parafraseando Miriam Pillar Grossi, o jeito de freira. Na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, tais fases são aspirantado, postulantado, noviciado, primeiros votos, juniorato e votos perpétuos. Os votos perpétuos

(castidade, obediência e pobreza) acontecem em cerimônia que consagra, finalmente, a mulher ao estado de religiosa. É o *rito de instituição* que atribui à religiosa o reconhecimento da posse dos bens de salvação. Sua autorização a falar em nome da instituição que representa deve, no entanto, ser relativizada. A irmã religiosa está vinculada à instituição eclesiástica através dos seus votos, é reconhecida pelos leigos como religiosa em um processo de distinção. A vida consagrada e os *habitus* (compreendido como a naturalização das características e incorporação de regras sociais), específicos à mesma, de uma forma geral, vão diferenciar religiosos e leigos. No entanto, a irmã não participa da hierarquia eclesiástica, o que, obviamente, limita suas possibilidade de falar em nome da instituição. Vale lembrar que, mesmo proferindo os votos perpétuos, a irmã não é ordenada como um padre e, portanto, não está apta a ministrar os sacramentos. Não participa de sínodos e das definições mais significativas dentro da Igreja. Seus espaços de atuação, em nome dessa mesma instituição que restringe sua participação de forma veemente, está relacionada à atuação pastoral, em comunidades de base, escolas, hospitais, etc.

A participação das mulheres no mundo eclesiástico foi consistentemente discutida por Uta Ranke-Heinemann em seu trabalho *Eunucos pelo Reino de Deus*. Segundo a mesma (1999, p.140), "a história do cristianismo é quase a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos." Através da análise de textos bíblicos, cartas e encíclicas papais, discorre sobre a incoerência dos posicionamentos católicos a respeito da mulher e da sexualidade feminina respaldados nestes textos igualmente incoerentes, segundo a autora. Demonstra, ao longo do trabalho, como a mulher, a princípio, participava ativamente das atividades da Igreja exercendo até mesmo a função de pregadoras durante a liturgia, tal qual os homens. Aos poucos esta mulher pregadora foi desaparecendo do cenário eclesiástico, sendo restrita cada vez mais aos espaços domiciliares e aos cuidados relativos a este, através do argumento de que "fazer das mulheres sacerdotisas seria um erro de impiedade pagã" (RANKE-HEINEMANN, 1999, p. 145) afinal, dentre várias mulheres possíveis, os doze apóstolos foram escolhidos apenas entre homens.

No início do século XX era impossibilitada às mulheres até mesmo a participação em coros da Igreja. Proibição esta que se estendeu até 1940, quando Pio XII permitiu que as mulheres cantassem, desde que fora do presbitério e da mesa de comunhão. O Código de Direito Canônico, em vigor desde 1983 explicita no cânon 230 que o ofício de acólito, o ministério litúrgico, pode apenas ser exercido por homens e, ainda no princípio da década de

1980, o Papa João Paulo II chegou a vedar a participação das mulheres até mesmo das funções de ajudantes das missas. Tal decisão foi revogada em 1994 e, também em 1994, exatamente em 22 de maio, o mesmo Papa ratificou a impossibilidade do sacerdócio feminino, recorrendo, como respaldo argumentativo, a declarações de Paulo VI, em 1975, e à Bíblia. A não ordenação feminina foi negada em caráter definitivo, tendo como razões

> o exemplo - registrado na Sagrada Escritura - de Cristo, que escolheu os seus Apóstolos só de entre os homens; a prática constante da Igreja, que imitou Cristo ao escolher só homens; e o seu magistério vivo, o qual coerentemente estabeleceu que a exclusão das mulheres do sacerdócio está em harmonia com o plano de Deus para a sua Igreja. (João Paulo II, 1994)

Ao negar a possibilidade de sacerdócio e ordenação, o papa atribuiu, na mesma carta apostólica, fundamental importância ao papel das mulheres na vida e missão da Igreja, outorgando às mesmas o papel de "renovamento (sic) e humanização da sociedade, e redescoberta, entre os fiéis, da verdadeira face da Igreja" (João Paulo II, 1994). Às mulheres religiosas, irmãs, é, portanto, reservado o papel de disseminação das verdades da Igreja entre os fiéis. Verdades essas em relação às quais elas, as irmãs, não têm poder de definição. Falam em nome de uma instituição que, no entanto, não faz questão da sua voz, mas apenas de seus braços. Braços que, independentemente da posição que (não) assumem hierarquicamente na instituição eclesiástica vêm, desde fins do século XIX, atuando em diferentes áreas, especialmente em educação, assistência social e saúde. Estas atividades figuram na própria fundamentação da vida religiosa, presente nas Constituições da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição (1982, p. 10): "Dentro desse espírito, as Irmãzinhas exercem sua ação apostólica e missionária no trabalho, dedicando-se à Pastoral e Promoção Social junto às paróquias, no campo educacional, hospitalar e assistencial". Estas mesmas constituições, atualizadas em 1978 segundo as prerrogativas do Concílio Vaticano II, regem e justificam a dedicação à Vida Apostólica.

São estas mesmas prerrogativas que vão nortear a publicação da revista Encontros Teológicos, editada e publicada ordinariamente pelo Instituto Teológico de Santa Catarina. Em 1987 a edição número 1 da revista tem caráter temático cujo título é: A mulher, ontem e hoje. Os artigos que compõe a revista, em sua maioria assinados por padres, irmãs e estudantes de teologia, são coerentes entre si no que se refere ao reconhecimento do papel e importância da mulher para a Igreja Católica como instituição.

Em todos os artigos encontramos inúmeras referencias a importância da mulher, seja como crente ou disseminadora da fé católica. Em alguns textos, como o próprio editorial, encontramos referencias a uma possível misoginia da Igreja em relação a mulher, ainda que a mesma seja atribuída a uma leitura equivocada da Bíblia. Ao argumentar a suposta leitura equivocada, o mesmo editorial apresenta exemplos de mulheres catarinenses que atuaram em nome da fé cristã nos meios rurais, nos trabalhos pastorais e que estas é que efetivamente estavam trabalhando por sua instituição, assim como no livro dos Macabeus, onde uma mulher sem nome desenvolve papel principal.

O papel atribuído à mulher dentro da igreja católica nos leva, indubitavelmente, a pensar como esta mesma instituição acaba por impor papeis de gênero aos seus fiéis, compreendendo por gênero que não são propriamente as características sexuais, "mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino"(LOURO, 1997, p. 21). Dentro desta perspectiva, o papel da mulher dentro da Igreja Católica é servir, seja disseminando a fé através da maternidade ou dentro de uma congregação religiosa, através do seguimento da vida apostólica.

A vida apostólica, a qual caracteriza o trabalho das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, tem seu fundamento e origem respaldada no exemplo de Cristo. Para tanto, prezam pela disponibilidade total para servir, uma vez que, através dos serviços do apostolado elas efetivamente têm a possibilidade da ação evangelizadora e disseminação da verdade religiosa. Outro documento que rege a vida das irmãs, além das Constituições, é o Diretório. Neste encontramos detalhadamente as proposições para a experiência do apostolado e para as pastorais que o compõe. Sobre o apostolado, o Diretório (1982, p. 15) institui a necessidade de "assumir missão profética e anunciar valores como singeleza, sinceridade, respeito, amor e renuncia à sociedade de consumo, vaidades, luxo, orgulho, desejo de aparecer, ganância de possuir e dominação pelo saber". Conforme os documentos Conciliares, a evangelização e disseminação das verdades católicas deveriam dar-se, principalmente, pelo exemplo. Para tanto é enumerada a preocupação com o cultivo pessoal, leituras de conteúdo evangélico e de metodologia evangelizadora. As irmãs, através de uma série de práticas ascéticas, são moldadas para o trabalho apostólico. São formadas continuamente, desde os primeiros anos em que passam pelas etapas de formação e, mesmo após a profissão dos votos, através de um programa de Formação Permanente, previsto pelo Diretório, através de cursos, encontros,

leituras dirigidas e retiros. A preparação espiritual, psicológica e prática se faz durante toda a existência. O trabalho apostólico é elencado como um dos itens determinantes deste processo de formação permanente. No caso da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, divide-se em pastorais. São elas: Pastoral da Saúde, Pastoral Geriátrica, Pastoral Educacional e Pastoral de Creches e Educandários.

A contribuição das congregações femininas nas áreas relativas à saúde foi deveras expressiva desde o estabelecimento das mesmas no Brasil. Várias foram as que se ocuparam da administração interna das Santas Casas de Misericórdia, Asilos e Hospitais, do cuidado com enfermos considerados contagiosos e do estabelecimento de leprosários. Nas primeiras décadas do século XX, se direcionaram, também, ao atendimento a tuberculosos e a cursos de enfermagem, buscando preparar moças para o trabalho hospitalar. Esse direcionamento está plenamente de acordo com o modelo congregacional instituído na França e personificado na irmã Simplícia, pela pena de Victor Hugo. Tal modelo caracterizava-se por um modo de vida disciplinado, controlado, por exercerem atividade útil à sociedade e por alcançarem certa independência econômica.

A atuação direta na área da saúde marcou o início dos trabalhos de Virgínia Nicolodi e Amábile Visintainer em Nova Trento, no *Ospedaletto San Vigílio*, que viria a resultar na instituição da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, no citado modelo congregacional. Além do Ospedaletto, nos primeiros anos de existência da Congregação foram instituídos, na área da saúde, o Asilo Sagrada Família, em 1903; a Santa Casa de Misericórdia em Bragança Paulista, em 1905; A Casa de Saúde Dr. Homem de Mello em Perdizes (SP), em 1909 e a Santa Casa de Misericórdia em São Carlos do Pinhal, em 1909. Alguns anos mais tarde ficaram também ao encargo das irmãs a direção do Hospital Santa Beatriz, em Itajaí (SC); o Hospital de Azambuja, em Brusque (SC); o Hospital de Itatiba (SP), a Fundação para os filhos de tuberculosos, em Bragança Paulista e a Santa Casa de Misericórdia em São Carlos (SP).

Apenas como exemplo da representatividade do trabalho das irmãs, em 1980 o então prefeito de Itajaí, Amílcar Gazaniga, encaminha para a Câmara Legislativa do município uma mensagem submetendo à apreciação dos membros da mesma um projeto de lei que visava instituir no município o Centro de Valorização Familiar Santa Beatriz. O Centro seria construído nas locações do antigo Hospital Santa Beatriz, o qual fora dirigido pelas irmãzinhas. Tal instituto destinava-se ao tratamento de toxicômanos e familiares e, segundo

prefeito, deveria ficar ao encargo da Congregação religiosa que dirigia e administrava o Colégio São José, devido aos relevantes serviços que estas vinham prestando à sociedade itajaiense.

A preocupação com a saúde foi, portanto, desde o princípio, um dos direcionamentos da Congregação. As Constituições e Diretórios da Congregação, que norteiam a vida das mulheres que buscam a vivência institucional da religião entre as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, trazem bastante explícita tal preocupação. A saúde, nesses documentos, é relacionada à ação pastoral, sendo que a Irmã Enfermeira, tendo como exemplo a vida de Cristo, deve se dedicar a proteger a vida, em todas as suas instâncias (a que está para nascer, a ameaçada e a integral).

Ao pontuar as atitudes de Amábile em relação aos cuidados com uma cancerosa, as constituições as ressaltam como exemplo de êxito máximo, uma vez que, através da dedicação e abnegação de si mesma – segundo o diretório da congregação – Amábile conseguiu que a cancerosa morresse na paz do Senhor. Os objetivos da vida religiosa dedicada à pastoral da saúde dizem respeito a:

> -Conscientizar as Irmãzinhas do valor da vida e da necessidade de zelar pela saúde.
> -Despertar na Irmãzinha o desejo profundo de reproduzir em sua vida as atitudes evangélicas para que seja presença de Cristo junto aos doentes, levando-os à vivência do Ministério Pascal.
> -Desenvolver nos funcionários uma atitude de acolhimento, atenção, carinho entre eles e com os doentes e familiares.
> -Avivar o espírito da equipe de saúde hospitalar e social, para um trabalho eficaz e integrado.
> -Transformar o ambiente de trabalho em centro de formação, estudos e pesquisas bio-sociais para o aperfeiçoamento de todos que integram a equipe de saúde.
> -Proporcionar os cuidados de aspectos preventivo, curativo e educacional, não só ao doente, mas à família e à comunidade na qual ele está inserido. (Diretórios, 1974, p. 18)

Dois elementos são bastante explícitos e acabam permeando todos os objetivos elencados: a formação e a evangelização. Para atingir tais objetivos, os diretórios regem um empenho intensivo às leituras, exames de consciência, meditação, reza do terço, exercícios de penitência, celebrações litúrgicas e, especialmente, participação na missa cotidiana e, se possível, da confissão, uma vez que essas são práticas que reconfortam o espírito para o

exercício da profissão. Outra indicação de caminho para a obtenção de bons resultados na prática apostólica do cuidado com a saúde é através do exercício do amor. Da vivência do amor entre si, no sentido de sensibilizarem médicos, pacientes e familiares e da contribuição para a manutenção e prevenção da saúde social e comunitária, através do despertar na comunidade e nas famílias o amor à vida.

Essas práticas ascéticas exercitadas ao longo da formação e do/ para o exercício do trabalho apostólico remetem às reflexões de Foucault a partir de textos filosóficos da antiguidade clássica acerca do cuidado de si. O cuidado de si implica desde uma prática até a elaboração de um saber norteador da existência. Pode ser caracterizado como um conjunto de ocupações, e não como uma atitude geral. É, de fato, uma prática social, pois se configura também na relação com outrem. É composto por uma série de preocupações com o corpo; preocupações estas que dizem respeito à males físicos que podem se comunicar com a alma. O cuidado de si é, dessa forma, composto por uma série de procedimentos como exercícios de abstinência, exames de consciência, vigília noturna e uma série de práticas que dizem respeito a uma ética de autodomínio.

Amor, penitências, celebrações, orações e meditação não são, certamente os meios mais tradicionais do exercício da enfermagem. O objetivo primeiro da profissão não seria também, obviamente, que um paciente morresse na paz do Senhor. A preocupação com a saúde, na Congregação, não está relacionada, portanto, exclusivamente, à prática curativa, mas ao conforto espiritual e à solidariedade. Os bens de salvação portados pelas irmãs não dizem respeito exatamente à salvação do corpo, porém, da alma.

A existência de um campo específico para os cuidados com o corpo restringiu a religião aos cuidados d´alma. Mesmo atuando como enfermeiras ou atendentes, os objetivos primeiros das religiosas não eram os mesmos dos profissionais da saúde. Suas preocupações giravam em torno do conforto do corpo para a tranqüilização do espírito. Isso não significa, no entanto, que eram indiferentes às especificidades do campo da saúde. Os mesmos diretórios da congregação que exaltam a necessidade das orações, meditações e amor no cuidado com os doentes, pontuam a importância indispensável da atualização pastoral e técnica da própria profissão, atentando, porém para a necessidade de se refletir seriamente sobre a medicina simplificada, em vez de pensar tanto na medicina sofisticada.

Esse receio em relação à sofisticação não diz respeito somente à medicina, mas é representativo dos conflitos existentes na própria instituição eclesiástica, num contexto

bastante específico. As críticas aos perigos da modernidade, mais especificamente, a algumas características a ela atribuídas, são explicitadas desde fins do século XIX. Durante a primeira metade do século XX, a instituição eclesiástica viveu a conflitante situação entre aquilo que havia sido estabelecido como ideal no Concílio Vaticano I e as necessidades político-sociais do Brasil e, conseqüentemente, de Santa Catarina. Tais necessidades diziam respeito ao engajamento dos religiosos no meio social. O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a necessidade de reforma do sistema econômico. O modelo nacional desenvolvimentista emergia como possibilidade eficaz de luta contra uma situação deveras crítica. Seria, portanto, papel da doutrina social católica a humanização do sistema capitalista uma vez que, acreditava-se, o trabalho geraria riquezas e bem estar. Tais elementos fariam do Estado um corpo sadio e manteriam à distância os "perigos infecto-contagiosos", como o comunismo. Alguns anos mais tarde, o Concílio Vaticano II viria a ratificar a necessidade de inserção social da Igreja, numa tentativa de aproximá-la do povo de Deus. Relembrando as palavras anteriormente citadas de Paulo VI: "O desenvolvimento é o novo nome da paz."

Maria José Rosado Nunes (1994, p. 203) constata que o exercício de tarefas para as quais não eram especificamente habilitadas era possibilitado por uma visão sacralizada da vida e da sociedade em geral. Eram enfermeiras, professoras e assistentes sociais por serem reconhecidas como irmãs de caridade. A partir do momento em que as diretivas conciliares normatizam transformações que já vinham ocorrendo em âmbito social, tanto político-econômica quanto ideologicamente, a prática social das religiosas sofre significativas alterações. Inicia-se um processo de incorporação de comportamentos e valores onde a habilitação profissional e técnica passam a ser pré-requisito para o desenvolvimento de determinadas atividades.

O engajamento nessa empreitada humanizadora apresentava, todavia, alguns riscos para os próprios agentes humanizadores. As novidades modernas eram assumidamente sedutoras e até mesmo aqueles que se dedicavam à vida religiosa estavam sujeitos às artimanhas da sedução. Em 1982, foi editado pela Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB – uma compilação de artigos referentes à formação religiosa; um deles, escrito pela Ir. Maria Carmelita, fazia referência aos resultados de se assumir as transformações trazidas pela modernidade na vida religiosa. O artigo problematizava a ingenuidade de grande parte dos religiosos, os quais não percebiam que por detrás dessa modernização estavam a exploração, a injustiça social e a capitulação diante o discreto charme da burguesia. Esse despreparo,

segundo a Irmã Carmelita, possibilitou que alguns grupos se identificassem com os ideais burgueses provocando uma relativa perda de identidade religiosa, desintegração grupal e abandono dos projetos religiosos. Tais preocupações são compreensíveis, uma vez que as décadas de 1970-80 assistiram a um movimento de profissionalização dos religiosos que se dedicavam a outras atividades, além das consagradas. O diretório da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, em relação ao trabalho pastoral na área da saúde, atenta para a necessidade de se zelar para que as irmãs tenham segurança e legalização profissional. À primeira vista, pode parecer estranho que a profissionalização se configure como um problema, afinal, há muito tempo as religiosas se dedicam ao cuidado dos doentes. Várias foram as congregações fundadas com esse fim ou que, ao menos, trazem a pastoral da saúde entre seus objetivos de atuação. Pensar a profissionalização coloca essa prática, no entanto, em outras instâncias.

Mesmo que a dedicação e cuidado com outrem tenham marcado o desenvolvimento da vida religiosa feminina, esses sempre tiveram por objetivo o cuidado com a alma. As irmãs passavam (e assim ainda é) por um processo de formação religiosa onde aprendiam sua função e seu papel na sociedade e esse se fundamentava na disseminação das verdades do catolicismo. A prática da enfermagem, conforme os diretórios da Congregação, tinha por sentido primeiro o conforto do corpo como uma preparação para o encontro com o Cristo, a exemplo do trabalho de Amábile Visinteiner com a senhora doente com câncer. Mesmo atuando na área da saúde eram, exclusivamente religiosas. Continuavam restritas ao campo religioso, uma vez que, mesmo atuando sobre o corpo, seu capital simbólico ainda era constituído pelos bens de salvação (da alma). A profissionalização implicava alterações, afinal, naquele momento, não seriam apenas religiosas atuando na área da enfermagem; seriam religiosas e enfermeiras. Passariam, portanto, por dois processos de formação, seriam instituídas socialmente de duas formas diferentes, fariam dois juramentos, portariam diferentes capitais simbólicos (relativos à alma e ao corpo) e, especialmente, estariam participando de dois campos culturais: o religioso e o da saúde.

O campo religioso sempre foi caracterizado pela posse dos bens relativos ao cuidado com a alma. É um espaço de lutas pela definição de fronteiras do que é ser religioso e das diferentes maneiras de se desempenhar o papel de religioso. A questão da profissionalização, especialmente no que se refere à área da saúde, sugere uma redefinição dessas fronteiras. Especialmente relativa à área da saúde, porque essa também lida com a salvação. Salvação do

corpo, no entanto. A religiosa profissional da enfermagem acaba por personificar o problema da dissolução do campo religioso. O cuidado com a alma, através dos métodos da enfermagem ou da psicologia, por exemplo, se dá de uma forma laica, através de métodos também laicos. Sua instituição e legitimação na profissão está intimamente relacionada ao reconhecimento de sua capacidade de compreender o funcionamento do corpo alheio às paixões da alma e, quando a serviço de uma instituição laica, é sobre o corpo, exclusivamente, que essa religiosa deverá atuar.

O fato de trabalharem muitas vezes em instituições privadas, de caráter laico, aproximava as irmãs dos perigos da secularização, fenômeno que incidia de modo mais direto e profundo na vida dessas religiosas e representava um perigo de assimilação da mentalidade burguesa, devido ao tipo de atividade exercida e ao ambiente de trabalho. Principalmente, após o Vaticano II e, especialmente, após a emergência de uma teologia da libertação latino-americana com as definições acerca da necessidade de inserção social, muitas irmãs foram viver em comunidades carentes e, não podendo a congregação sustentar tais comunidades, acabavam por utilizar suas profissões como forma de subsistência. Dedicavam períodos do dia, noite ou fins de semana para o trabalho pastoral e a maior parte do tempo no trabalho profissional, donde proveria seu sustento e o daqueles dos que estavam ao seu encargo.

O campo religioso passa, dessa forma, por um dinâmico e continuo processo de redefinição, afinal essa inserção social e profissionalização, ao mesmo tempo em que representa riscos para a vivência institucional da religião, acaba por justificar a própria existência da mesma nos dias de hoje. O número de moças que procuram uma congregação religiosa atualmente e daquelas que abandonam as congregações vem decrescendo e aumentando, respectivamente. Em uma sociedade de corpos castigados pela fome, problemas sociais e violências dos mais diversos tipos, a preocupação exclusiva com a salvação da alma parece não mais justificar uma vida dedicada à religião.

A vida religiosa feminina vem passando por reformulações, assim como o próprio campo religioso. Limites, fronteiras e sentidos são alguns dos aspectos que clamam por ressignificações. Na tentativa de justificar a necessidade dessas transformações, a Ir. B. responde-me, com tons de desencanto e inconformação em suas palavras, que "o papel da irmã hoje parece não existir. Se dissessem que a vida religiosa feminina acabou amanhã, deu. Ninguém sentiria falta."

Referências

ALGRANTI, L M. Honradas e Devotas: mulheres na Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

AZZI, R; BEOZZO, J. (org.) Os Religiosos no Brasil: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.

BARBOSA, F. A Coloninha. São Paulo: Congregação da Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1979.

BOURDIEU, P. Economia das trocas lingüísticas. São Paulo: Edusp, 1998.

CIIC. Constituições da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Atualizadas em 1978 e aprovadas em 1982.

CIIC. Diretório da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Atualizado em 1978 e aprovado em 1982.

C, Ir. M. (76 anos) Entrevista. Florianópolis, 31/01/2006. Realizada por Caroline Jaques Cubas. Acervo da autora.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GROSSI, M. Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n. 73, maio de 1990.

PAULO II, João. Ordinatio Sacerdotalis. *1994.* Disponível para consulta em <http://www.vatican.va/>. Acesso em 15/08/2011.

LOURO, G. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

NUNES, M. Freiras no Brasil. In DEL PRIORE, M (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

RANKE-HEINEMANN, U. Eunucos pelo Reino de Deus. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1999.